



Relatório INSP-2019-0058

BI-2019-0018

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 17/04/2019 **Hora:** 11:35 **Tipo:** Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: António MR. Moutinho

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito do plano de atividades.

No local foi contactado o Sr. Marco Paulo Ferreira Borges, funcionário da firma executante e o Sr. Miguel Péricles Ferreira Toste, sócio Gerente da empresa da empresa executante.

Foi realizada uma visita à obra e foram solicitados esclarecimentos sobre aspetos ambientais, nomeadamente: registo de dados de RCD, separação e encaminhamento de resíduos, inscrição no SRIR e e-GAR.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Identificação da obra

Dono da obra: Vipaçor – Tintas e Vernizes, Lda. **NIPC/NIF:** 512 060 266

Sede/morada: Poço do Gil, nº 42

Código Postal: 9760-317 **Concelho:** Praia da Vitória

Obra: Obra do Edifício da Vipaçor

Local da obra: Tronqueira - Lote 3

Coordenadas: X: 494 545 m Y: 4 284 981 m (Sistema de Referência – WGS84, UTM zona 26)

Início dos trabalhos: Fevereiro de 2019 **Termo (ou prazo de execução):**

Descrição sumária: Construção de armazém no piso térreo e dois apartamentos no 1º andar.

Ent. executante: André Toste & João Paulino, Lda. **NIPC/NIF:** 512 059 640

Sede/morada: Parque Industrial da Praia da Vitória, Lote 18.

Código Postal: 9760-100 **Concelho:** Praia da Vitória

Alvará/tit. Reg.: 52 793 PUB



2 – Empresas em obra

Empresa	Alvará / título de registo	Atividade no estaleiro
---	---	---

3 – Produção e gestão de resíduos

3.1 – Resíduos produzidos

Foi possível verificar a produção das seguintes tipologias de resíduos:

Tipologia		Observações
17.01.02	Tijolos	
17.02.01	Madeira	
17.02.03	Plástico	
17.04.05	Ferro e aço	
17.09.04	Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17.09.01, 17.09.02 e 17.09.03	
15 01 01	Papel/Cartão	Sacos de cimento

Fotos:



Foto 1 – Mistura de resíduos em contentor não identificado.



Foto 2 – Armazenamento de resíduos de ferro/aço, em local não identificado.



Foto 3 – Armazenamento de resíduos de madeira sem identificação.

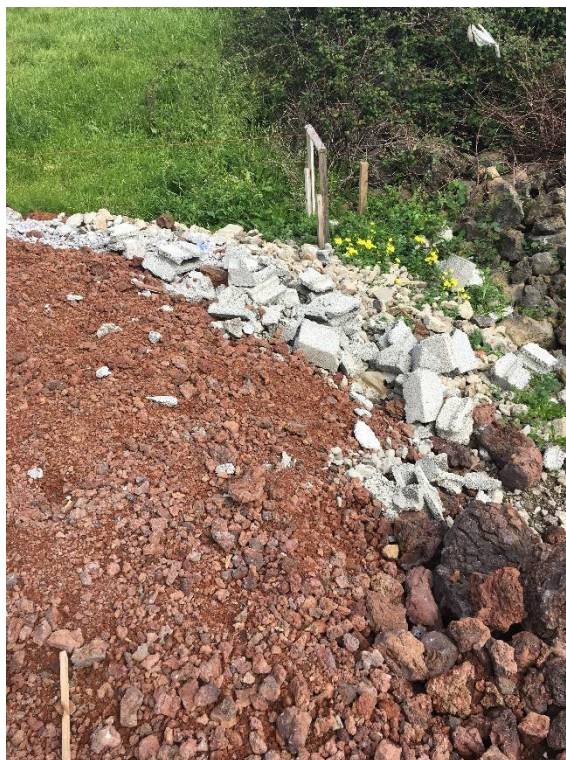


Foto 4 – Armazenamento de blocos partidos em local não identificado..

3.2 – Operações de gestão de resíduos

Relativamente à gestão dos resíduos produzidos verificou-se o seguinte:

Operação	Sim/Não	Descrição/Inconformidades
Reutilização de solos e rochas na obra de origem	Não	
Reutilização de solos e rochas noutra obra	Não	
Reutilização de solos e rochas na recuperação ambiental e paisagística de pedreiras	Não	
Reutilização de solos e rochas na cobertura de aterros destinados a resíduos	Não	
Reutilização de solos e rochas para alteração do relevo natural	Sim	Alterado o relevo com bagacina.
Utilização de RCD em obra	Sim	Foram utilizados restos dos bloco partidos.
Sistema de acondicionamento na obra	Não	Não existe um sistema de acondicionamento de RCD em obra.
Triagem de RCD em obra	Sim	Verificou-se a mistura de alguns resíduos.
Triagem de RCD em local afeto à obra	Não	
Encaminhamento dos RCD (sem triagem) para operador licenciado	Não	
Encaminhamento de RCD após triagem para operador licenciado tendo em vista a sua valorização	Não	
Gestão de resíduos infestados por térmitas (DLR 22/2010/A)	Não	
Gestão de resíduos contendo amianto (DLR 12/2009/A)	Não	
Identificação dos contentores/áreas de armazenamento de RCD	Não	Não existia qualquer identificação nos locais ou contentores de armazenamento de resíduos.



3.3 – Documentação

Plano de prevenção e gestão de RCD	Não existia em obra.
Registo de dados de RCD	Não existia em obra.
Transporte de resíduos (e-GAR)	Não foram efetuados transportes de resíduos.
Inscrição e registo no SRIR	Sim, desde 2011.

4 – Ruído (atividade ruidosa temporária)

Localização em zona sujeita a licença especial de ruído	Sim, trabalha aos sábados até às 17 horas e tem recetores sensíveis (habitações) a menos de 100 metros.
Emitida licença especial de ruído	Foi solicitada após a realização da ação inspetiva (26 de abril de 2019) (Alvará de Licença Especial de Ruído n.º 07/2019, de 03 de maio)
Cumprimento da licença especial de ruído	Não verificado

5 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- Incumprimento do dever de separação na origem dos resíduos produzidos, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras em violação do disposto no n.º 5, artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2);
- Incumprimento do dever de identificação dos contentores utilizados na armazenagem de resíduos, com nome comum e código LER, em violação do disposto na alínea f) do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2);
- Incumprimento do dever de disponibilizar o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição no local da obra, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 53.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2);



- d) Incumprimento de manutenção e atualização, conjuntamente com o livro de obra, do registo dos resíduos de construção e demolição produzidos e do seu destino, o qual deve incluir os recibos de entrega a operador licenciado quando haja transferência de resíduos, em violação do disposto na alínea e) do artigo 52.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na alínea i) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2);
- e) Incumprimento do dever de ter em obra um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva dos resíduos de construção e demolição, em violação do disposto na alínea em violação do disposto na alínea b) do artigo 52.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 229.º do diploma citado, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €12 000 a €216 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 3);
- f) O exercício de atividades ruidosas temporárias sem licença especial de ruído, em violação do disposto no artigo 26.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 61.º do diploma citado, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2).

6 – Indicações e medidas adotadas

6.1 – Foram adotadas as seguintes medidas:

Notificação da empresa para proceder à regularização das infrações detetadas, nos seguintes termos:

- 1) Implementar medidas que permitam a separação de todas as tipologias de resíduos produzidos, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, nomeadamente pela disponibilização de contentores/áreas delimitadas, que permitam proceder à separação por tipologias de resíduos;
- 2) Passar a ter os contentores/áreas delimitadas para o armazenamento de resíduos, identificados com nome comum e código LER;
- 3) Passar a disponibilizar o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição no local da obra, devidamente preenchido e adaptado à obra em causa;
- 4) Passar a manter e atualizar o registo dos resíduos de construção e demolição produzidos e do seu destino, conjuntamente com o livro de obra, na obra em causa;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

- 5) Passar a criar em todas as obras executadas pela empresa um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva dos resíduos de construção e demolição, devidamente identificado;
- 6) Passar a solicitar a licença especial de ruído, antes de proceder à realização de trabalhos a menos de 100 m de edifícios de habitação, aos sábados, domingos e feriados e nos dias úteis entre as 20 e as 8 horas.

Angra do Heroísmo, 7 de agosto de 2019

O Inspetor Principal

(António Manuel Rodrigues Moutinho)